



HABITAÇÃO, PRODUÇÃO E SOCIABILIDADE NO MEIO RURAL.

**BURNETT, CARLOS FREDERICO LAGO (1); FARIAS, ANDREA GARCEZ DE (2);
GOMES, AMANDA MARQUES (3); VIEIRA, NUBIANE DA FONSECA (4).**

1. Universidade Estadual do Maranhão. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
E-mail: fredlburnett@gmail.com
2. Universidade Estadual do Maranhão. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
E-mail: andreagarceez@gmail.com
3. Universidade Estadual do Maranhão. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
E-mail: amandamarquesg2@gmail.com
4. Universidade Estadual do Maranhão. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
E-mail: nubianevieira@gmail.com

RESUMO

O espaço rural maranhense possui mais de 2 milhões de habitantes, cerca de 36% da população do estado, o maior percentual de população rural do país, segundo dados do IBGE (2010). Contudo, a grande maioria da população rural maranhense vive em condições precárias, em uma realidade de miséria e exclusão socioprodutiva. Fazendo um comparativo entre Brasil e Maranhão, em relação a moradias precárias no ambiente rural, o déficit maranhense é quase cinco vezes maior que do Brasil (48% no Maranhão contra 10% no Brasil). No que diz respeito à coabitação no meio rural, o Maranhão também sai à frente, tendo 8,2%, enquanto o Brasil tem um déficit de 4,9%. O adensamento excessivo rural no Maranhão também fica em evidência, se comparado com o do Brasil, onde existe um déficit de 0,2% contra 0,4% no Maranhão. Visto isso, torna-se necessário um estudo desse espaço rural e da habitação produzida ali, pois aprofundar o entendimento desta realidade a partir de uma visão ampliada permite conhecer os saberes tradicionais envolvidos nas ações cotidianas referentes ao construir, morar, produzir e se relacionar, aspectos que são subsídios importantes para a concepção e implantação de políticas públicas mais condizentes com a realidade socioambiental das comunidades. Tendo como meta a transformação deste contexto, o Governo do Estado implementou o Plano Mais IDH, com vistas a influir no desenvolvimento de regiões do estado há décadas esquecidas. Com programas voltados para a saúde, educação e renda, entre outros, o Mais IDH investiu também na qualificação das moradias, levando aos 30 municípios selecionados moradias do Programa Nacional de Habitação Rural em substituição de casas de taipa de mão e adobe. Buscando avaliar os efeitos do Programa habitacional do Mais IDH, este trabalho analisa a relação entre as moradias atuais com as anteriores, e os impactos positivos e negativos do Programa no cotidiano das comunidades. Para isso, foram estudados a casa e seus anexos enquanto ambientes de vida e trabalho de ações familiares cotidianas, tendo como estudos de casos o Povoado de Pequizeiro, Município de Belágua, e o Povoado de São Miguel dos Correia, no Município de Cajari, ambos no Maranhão, onde foram feitas coleta e sistematização de informações sobre as condições socioeconômicas dos seus moradores, as formas de organização social da comunidade, buscando relacionar tais práticas com a autoprodução e as condições de habitabilidade, adequação física e valores culturais da moradia, questões essenciais para a elaboração e implementação de

4º FÓRUM HABITAR

08 a 10 de novembro



políticas públicas de habitação rural, aspectos que o presente estudo espera contribuir com suas reflexões.

Palavras-chave: Modos de Morar, Moradia e Lote Rurais, Construção em terra, Maranhão.



INTRODUÇÃO

O espaço rural maranhense possui mais de dois milhões de pessoas vivendo nele, o que representa cerca de 36% da população do Estado, o maior percentual de população rural do país, segundo dados do IBGE (2010). Contudo, a grande maioria da população rural maranhense vive em condições precárias, em uma realidade de miséria e exclusão socioprodutiva. Fazendo um comparativo entre Brasil e Maranhão, em relação a moradias precárias no ambiente rural, o déficit maranhense é quase cinco vezes maior que do Brasil (48% no Maranhão contra 10% no Brasil). No que diz respeito à coabitação no meio rural, o Maranhão também sai à frente, tendo 8,2%, enquanto o Brasil tem um déficit de 4,9%. O adensamento excessivo rural no Maranhão também fica em evidência, se comparado com o do Brasil, onde existe um déficit de 0,2% contra 0,4% no Maranhão. Visto isso, torna-se necessário um estudo desse espaço rural e da habitação produzida ali, pois aprofundar o entendimento desta realidade a partir de uma visão ampliada permite conhecer os saberes tradicionais envolvidos nas ações cotidianas referentes ao construir, morar, produzir e se relacionar, aspectos que são subsídios importantes para a concepção e implantação de políticas públicas mais condizentes com a realidade socioambiental das comunidades.

Diante desse contexto, este trabalho busca descrever sobre as atividades produtivas e a organização social das comunidades rurais do Maranhão, assim como as condições das moradias rurais no Estado. Para tanto, foi realizado primeiramente um estudo teórico e de levantamento de dados sobre a realidade rural, o que possibilitou uma compreensão importante para a etapa seguinte que foram as visitas de campo. Foram visitados povoados de dois municípios do Estado, Belágua e Cajari, com o fim de entender de perto qual a realidade presente no espaço rural do Maranhão.

O Estado apresentou em 2010 o IDHM de 0,639, estando na penúltima classificação do país, segundo o PNUD. A renda média mensal da população rural é de R\$ 621, 97, enquanto que na urbana é de R\$ 1.468,29. As principais produções agrícolas maranhenses são a cana-de-açúcar e a soja. Mas relacionado à agricultura familiar tem-se a predominância da mandioca e do milho. No que tange a educação os habitantes da zona rural acumulam percentual de 71% de alfabetizados e 29% de não alfabetizados.

4º FÓRUM HABITAR

08 a 10 de novembro



Quanto ao saneamento ambiental, no quesito esgotamento sanitário na área rural a maioria dos domicílios possuem fossas rudimentares ou não tem esgotamento sanitário. A principal forma de abastecimento de água é pela rede geral, mas apenas 39%, e o abastecimento ocorre consideravelmente por poço ou nascente na propriedade e fora dela, 29% e 24% respectivamente. A principal forma de destinar o lixo na zona rural é queimando-o na propriedade. Tem-se então uma realidade socioeconômica de muita desigualdade.

A grande maioria da população rural maranhense vive em condições precárias, em uma realidade de miséria e exclusão socioproductiva. Fazendo um comparativo entre Brasil e Maranhão, em relação a moradias precárias no ambiente rural, o déficit maranhense é quase cinco vezes maior que do Brasil (48% no Maranhão contra 10% no Brasil). No que diz respeito à coabitação no meio rural, o Maranhão também sai à frente, tendo 8,2%, enquanto o Brasil tem um déficit de 4,9%. O adensamento excessivo rural no Maranhão também fica em evidência, se comparado com o do Brasil, onde existe um déficit de 0,2% contra 0,4% no Maranhão.

Ao adotar como prioridade o enfrentamento das precárias condições de vida da grande maioria da população maranhense, o atual governo decidiu concentrar esforços na inclusão socioproductiva das regiões mais pobres do estado. Tendo como referencial, para definição das regiões preferenciais, os indicadores de desenvolvimento social, o Índice de Desenvolvimento Humano, criado em 1990 pela ONU, comprovou-se o mais indicado, passando a ser referência para o Plano.

Contudo, houve-se a necessidade de elaboração de elementos que mostrassem verdadeiramente a situação da realidade local, visto que somente o IDH não o fazia. A partir disto, o Governo do Estado do Maranhão adotou como base de estudos para avaliação inicial dos municípios o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, instrumento criado pelo IPEA em 1998.

Uma primeira classificação geral do Maranhão, quanto aos indicadores de Educação, Saúde e Renda, feita pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC, resultou em um total de 140 municípios com índices abaixo da média. Considerando a dimensão socioespacial que a atenção imediata a todos os municípios representaria e dado o caráter experimental do Plano de Ação Mais IDH, foram selecionados os 30 municípios com menores IDH para compor o universo do Plano.



Pensado como uma experiência piloto a ser sistematizada e replicada para os demais 110 municípios também com baixos IDH, o Plano de Ações Mais IDH apresenta assim uma proposta de metodologia para enfrentamento da miséria e exclusão socioproductiva que acomete a maioria da população maranhense. (BURNETT, 2016). Além disso, o programa contemplará centenas de famílias no Estado, substituindo casas de taipa ou adobe por casas de alvenaria para famílias que se adequam aos seguintes critérios: residir nos municípios de menor IDHM do Estado, possuíam renda Bruta Anual de até R\$ 15.000,00, residentes na zona rural dos municípios, agricultor familiar e trabalhador rural, possuir na família pessoas com deficiências ou idosos, mulheres chefes de família; moradia de taipa coberta de palha ou não possuir moradia.. Essa ação, através da proposta da Secretaria das Cidades - SECID, e aprovada pelo Comitê Gestor do PMI, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Reduzir o déficit habitacional rural;
- Manter o agricultor familiar na zona rural em condições dignas;
- Melhorar as condições de habitabilidade e sanitárias com impacto na saúde;
- Desenvolver ações técnico-sociais focadas na geração de trabalho e renda.

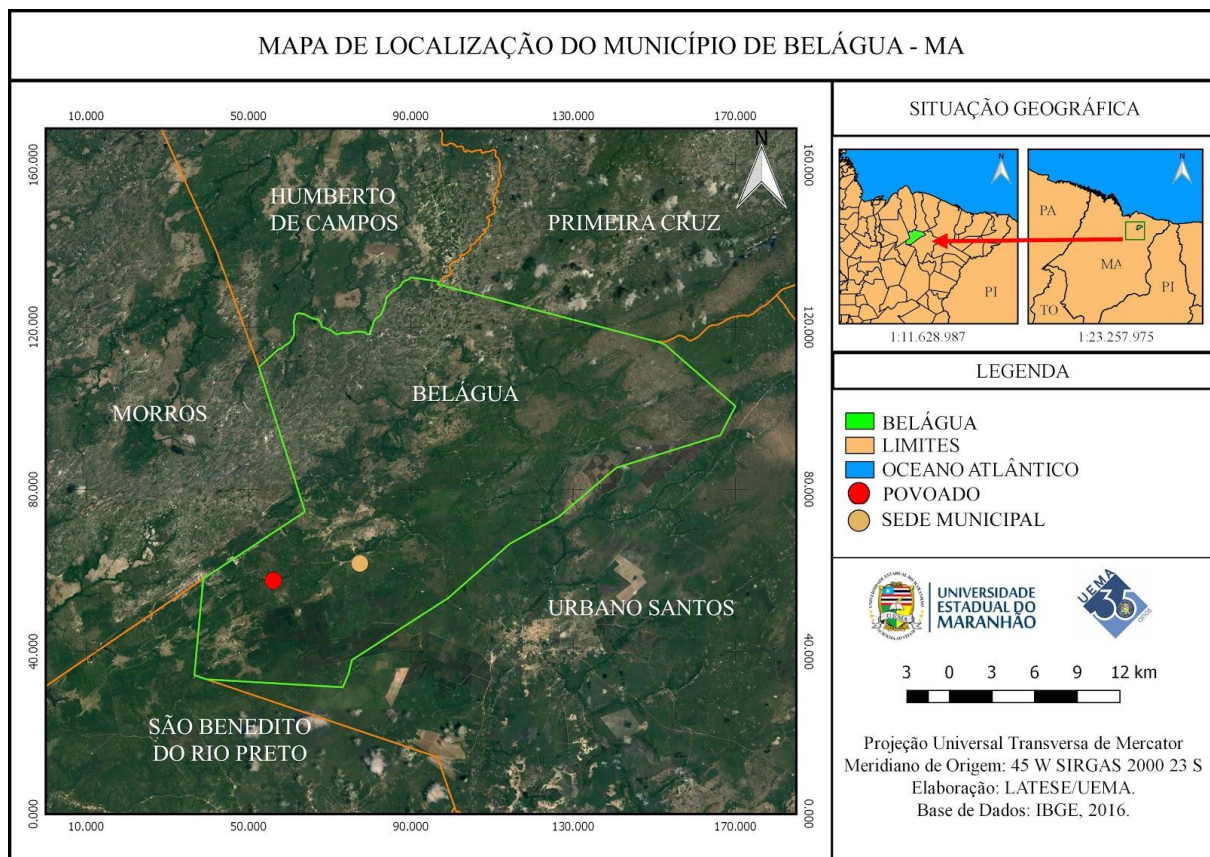
A partir desse contexto, com o objetivo de compreender os atuais modos de vida, moradia e trabalho no espaço rural, se fará uso das experiências observadas nas visitas de campo ao povoado de Pequizeiro, em Belágua, e São Miguel dos Correia, Cajari, ambos no Maranhão. Com a visita realizada foi possível constatar características iniciais relacionadas à organização social, as condições de moradia e as relações sociais desta população.

A pesquisa consistiu em entrevistas semiestruturadas, onde se observou questões relacionadas às formas de trabalho e atividades produtivas, como acontecem as relações sociais e as formas de morar. Realizou-se também levantamentos físicos das habitações, assim como da implantação dos anexos em torno da casa, estes em nível de croqui, com objetivo de entender as relações entre moradia, vida e produção, assim como foram feitos levantamentos iconográficos das moradias e dos lotes.



O Povoado de Pequizeiro

O Povoado de Pequizeiro está localizado no município de Belágua, no Maranhão, a cerca de 7 km da sede urbana do município. Segundo informações colhidas em entrevistas com os moradores do Povoado, o surgimento de Pequizeiro foi por volta de 1930 quando uma família de Buritizinho, localidade a 6 km do Povoado de Pequizeiro, se deslocou para o lugar com objetivo de fazer roça. Eles construíram cinco casas, sendo todas de parentes, e a partir de então o povoado foi crescendo, sendo a maioria dos habitantes ligados por graus de parentesco. Porém, alguns dos moradores atuais do povoado vieram de outros povoados vizinhos, e a até de povoados em outros municípios. O nome do Povoado se deu devido a um grande pequizeiro que existia no local. As terras estão sob o gerenciamento da Associação de Moradores e em espera da emissão de posse pelo INCRA.



Mapa 01: Localização do município de Belágua - MA.
Fonte: LATESE, 2017.



Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, a localidade tem um total de 705 pessoas, sendo 54,32% homens e 45,68% mulheres, divididos num total de 113 domicílios. No ano de 2016 em visita de pesquisadores do LATESE (Laboratório de Análise Territorial e Estudos Sócio-Econômicos) ao Povoado, foi realizado um mapeamento de Pequiizeiro com o auxílio de um Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT (popularmente chamado de Drone), que permitiu uma visão maior sobre a área completa da região e que possibilitou o reconhecimento de um total de 221 domicílios, o que relacionado à quantidade de famílias no povoado, descrito em entrevistas como 230, demonstra a coabitação de famílias em alguns domicílios.

A população alfabetizada do Povoado é a cerca de 50,49%(a questão de equipamentos voltados para a Educação é relativamente bem atendida, visto que das três escolas de ensino médio que o município de Belágua possui, uma se encontra no povoado de Pequiizeiro) o que demonstra que praticamente metade de sua população é analfabeta. O povoado conta com duas escolas públicas, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio. O posto de saúde da localidade encontra-se abandonado, quando precisam de um médico é necessário que a população se desloque para a sede ou outros municípios. Quanto à renda da população, cerca de 50% de sua população está encaixada na categoria sem rendimentos, que inclui as pessoas que recebem apenas em benefícios e 59% dos domicílios tem rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70,00, tem-se então a demonstração das carências que esta população enfrenta.

A produção predominante no Povoado, segundo entrevistas com moradores, é de mandioca, feijão, milho e arroz, produção esta que serve para o consumo e para a comercialização, onde a farinha de mandioca é o principal produto produzido, sendo comercializado não só em Belágua, mas em outros lugares, em São Luís, por exemplo. No local são comuns frutas como murici, mirim, bacuri, banana, mamão e caju. Há também a criação de animais como porcos, galinhas, cachorros, cavalos e jumentos.

No que se refere ao saneamento, o tipo predominante de esgotamento sanitário é a fossa rudimentar (conhecida como sentina), ela está presente em 63,7% dos domicílios. O lixo é predominantemente queimado, sendo uma realidade em cerca de 83% dos domicílios. O abastecimento de água é 46,9% feito por poço ou nascente na propriedade, sendo os 53,1% restantes divididos em abastecimento por poço ou nascente fora da propriedade, ou



carro-pipa, ou água da chuva, ou rio, açude, lago ou igarapé, ou por outras formas de abastecimento. Quanto a energia elétrica apenas cerca de 2,6% dos domicílios não a possui. Todos os dados são baseados no Censo Demográfico de 2010.

Quanto às atividades religiosas na localidade são comuns os festejos religiosos, principalmente na época dos festejos juninos, porém existem na região tanto católicos como protestantes. Como forma de lazer, os moradores jogam futebol, logo se percebe a popularidade do esporte no local, pela quantidade de campos (três). Curioso o fato de que as mulheres também jogam futebol, tendo semanalmente horário marcado em um dos campos em dois dos campos.

É comum, devido à carência de serviços no Povoado, o deslocamento dos moradores para outras regiões, como a sede do município de Belágua e o município de Urbano Santos, a população vai em busca de hospitais, bancos e comércios, sendo necessários gastos com transporte, que é feito por automóveis e motocicletas destinados a este fim. Outro tipo de deslocamento que acontece, é para povoados vizinhos, onde moram alguns familiares dos moradores e onde se fazem alguns roçados.

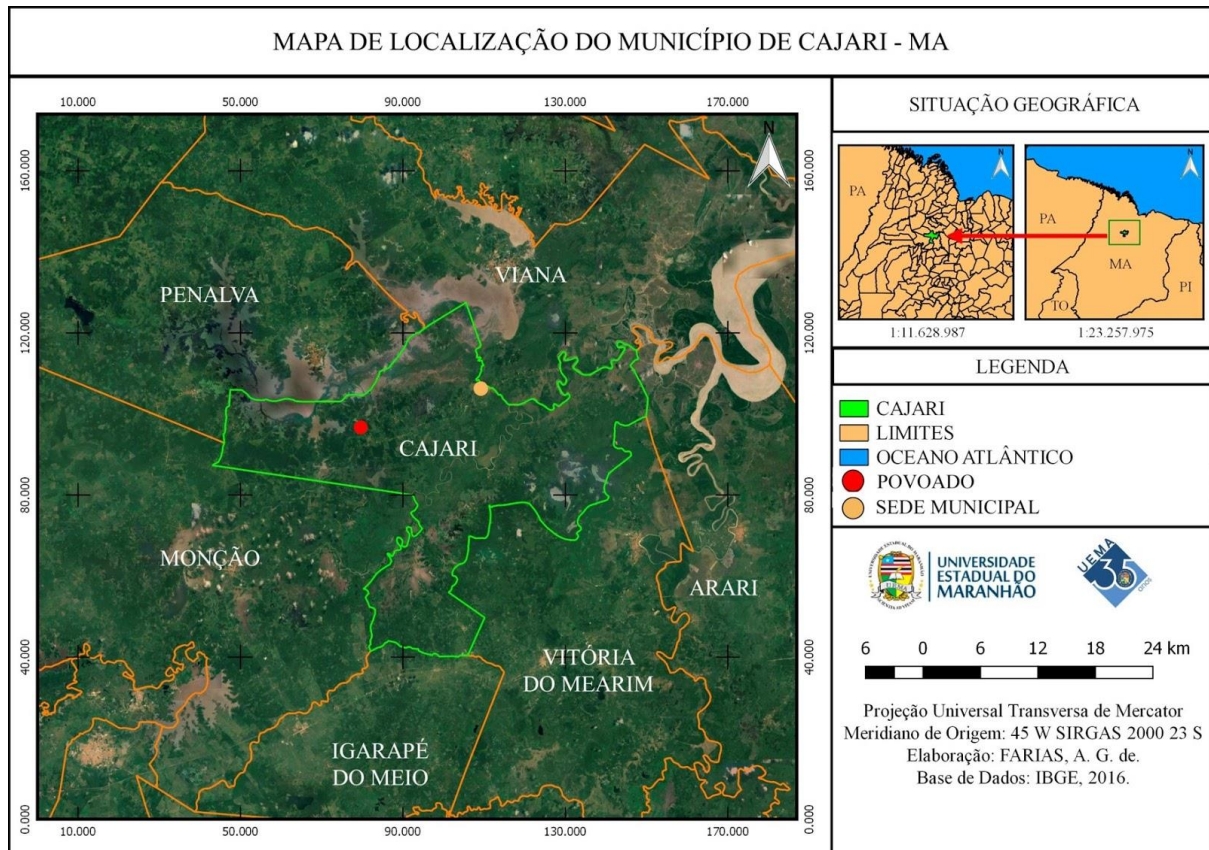
O Povoado de São Miguel dos Correia

O povoado de São Miguel dos Correias localiza-se no município de Cajari, ao norte do Estado do Maranhão e a aproximadamente 14km de distância na direção sudoeste em relação a sede municipal. O povoado faz parte do Território Quilombola de Camaputua, que é composto por mais outras 25 comunidades, assentamento rural aqui entendido conforme SANTOS:

De acordo com os agentes sociais, entende-se como comunidade os povoamentos com infraestrutura mínima como: escolas, igrejas, cemitérios, terreiros, espaços esportivos e comércios. Nesta definição, não é necessário que a localidade possua todos estes serviços para ser considerada uma comunidade. Estas possuem o mesmo significado de povoado. Porém existem no território, pequenos núcleos de povoamentos, normalmente com pouquíssimas casas, mas com denominações próprias. Essas áreas geralmente dependem dos serviços existentes nas comunidades. (SANTOS, p. 18).



A seguir tem-se o mapa de localização do município de Cajari, da sua sede municipal e do povoado de São Miguel dos Correia.



Mapa 02: Localização do município de Cajari - MA.

Fonte: LATESE, 2017.

Conforme SANTOS, no século XIX, vários engenhos foram instalados na Baixada Maranhense, sendo um deles o Engenho Tramaúba, que foi desmembrado do Engenho Kadoz, e que hoje corresponde às terras do Território Quilombola Camaputiuá. O Território de Camaputiuá sofre com questões relacionadas à definição da territorialidade, titulação, garantia de direitos quilombolas e as formas de construção da identidade. Essas questões geram conflitos que envolvem “violência física e psicológica, pois as ações dos latifundiários penalizam as famílias das comunidades que são colocadas na condição de invasoras e promotoras de ações ilegais” (SANTOS, p. 38).

Em relação ao território onde está inserido, sabe-se que o povoado é cercado por vários corpos d’água, já que se localiza em uma área alagável. Em números aproximados,

4º FÓRUM HABITAR

08 a 10 de novembro



São Miguel dos Correias fica a 1,5km de distância da grande lagoa perto do município de Centralzinho, 5km da Lagoa Cajari, 4km do Lago de Viana, além da proximidade com diversas outras lagoas e corpos d'água que cortam o território do povoado.

Em relação a produção predominante, a partir das transcrições feitas das entrevistas com moradores do povoado, bem como a observação pessoal, nota-se que, em geral, a produção predominante é a agricultura de subsistência, que pode ser feita no quintal da própria casa, caracterizada pela existência de plantações de mandioca, milho e feijão, ou a roça, feita fora do lote, além da presença de pequenas hortas e de alguns moradores que também trabalham com o babaçu. Além disso, a prática da pesca é algo corriqueiro. As atividades extrativistas são comuns no povoado.

O abastecimento de água é feito por rede geral e poço ou nascente localizada na propriedade. Também possuem energia elétrica. Quanto aos cuidados, tratamento e descarte do lixo, ele é queimados, enterrado ou ambos. Já em relação ao esgotamento sanitário, é mais comum a utilização da fossa rudimentar, mais conhecida como sentina, também havendo presença de valas.

Nesse povoado também encontramos presença de alguns Equipamentos comunitários, como a presença de uma escola municipal, um centro de lazer, representado pelo campo de futebol comumente utilizado por homens e mulheres, além de também servir como espaço para festejos, e outros lugares utilizados para se fazer alguma reunião da comunidade, como são os casos da igreja, do rio e do juçaral.

Contudo, devido a carência de serviços no próprio povoado, a população tem a necessidade de se deslocar para outros locais em busca de comércio, hospital, bancos, dentre outros serviços. O posto de saúde utilizado pela população de São Miguel dos Correia localiza-se em outro povoado, chamado Ladeira. A comunidade também busca serviços em outros municípios, como a própria sede municipal, Cajari, ou a cidade de Penalva. Esse deslocamento é feito, em sua maioria, por automóvel, geralmente de cabine dupla, o que gera uma despesa para as famílias.



As moradias rurais.

No que se refere às moradias rurais vistas nestas regiões do Estado, percebeu-se claramente o que Costa e Mesquita (1978) discorrem sobre os habitantes deste meio imprimirem em suas habitações o seu padrão econômico e sua condição sociocultural, onde eles usam o material fornecido pela natureza e usam das técnicas que eles dominam. Os materiais empregados nas habitações rurais maranhenses estão diretamente ligados à abundância de vegetação e solo característicos de cada região. Dentre as técnicas construtivas tradicionais empregadas nas moradias rurais, têm-se o adobe, a taipa de mão e a madeira. Já nas coberturas têm-se principalmente a palha e a telha cerâmica.



Figura 01: Moradia feita de taipa de mão não revestida, com cobertura em telha cerâmica, no povoado de São Miguel dos Correia.

Fonte: LATESE, 2017.



Figura 02: Moradia feita de tijolos de adobe, com cobertura em palha, no povoado de Pequizeiro.

Fonte: LATESE, 2017.

No que se refere à zonificação dos ambientes das casas, é notado o ambiente da frente com a presença da sala, que é o local de acesso das moradias, destinado ao estar das famílias e à recepção das visitas, que acontece também em um lugar à sombra do lado externo das habitações, que é seguida pelos quartos, ambiente íntimo das famílias, e por último, na parte posterior das casas, se tem a cozinha, que em alguns casos é intermediada por uma copa.

A cozinha é um local de trabalho, pois é onde são preparados os alimentos e são lavadas as louças com o auxílio dos jiraus. Há também em determinadas casas, logo após a cozinha, a ocorrência da meia-água, local que se percebe a presença do fogão a lenha (usado geralmente no preparo dos alimentos que demoram mais para ficar prontos, considerando que a lenha é mais fácil de ser adquirida, do que o gás, quem tem o custo mais elevado), do jirau e que também serve como depósito.

O mobiliário das casas é simples, na sala se encontra algumas cadeiras, muitas vezes de plástico, uma vez ou outra se tem a presença de sofás, também existem pequenos móveis que suportam a televisão, que geralmente são acompanhadas de antenas parabólicas no lado externo. Na sala são notados também quadros com fotografias da família nas paredes e que trazem uma decoração particular para o local. Nos quartos se encontram principalmente camas, redes e guarda-roupas. Na copa e na cozinha se percebe

4º FÓRUM HABITAR

08 a 10 de novembro



a presença de mesa e cadeiras, algumas vezes de pequenos armários, do filtro de barro, das panelas colocadas na parede que demonstram o cuidado que as mulheres têm de mantê-las areadas e organizadas, e em alguns casos se tem o fogão a gás, mas é predominante a existência do fogão de barro a lenha. São observados na casa móveis industrializados, assim como os que os próprios moradores fabricam.

Ao se tratar do lote em que as casas observadas nas visitas de campo se encontram, é percebida a presença de inúmeros elementos que compõem um espaço de produção, trabalho e convivência, como foi retratado por Arruda (2007), o lote da casa rural abriga: animais, plantações, depósitos, banheiros, etc., e esta é uma realidade percebida nas visitas de campo.

É característico o uso de fossas rudimentares, então conhecidas como sentinas, para elas é destinado um anexo, geralmente de taipa de mão, neste local é onde são feitas as necessidades. Quanto aos banhos é destinado outro anexo, geralmente as casas de banho são feitas de palhas. Os moradores geralmente não têm água encanada dentro das casas ou existe o abastecimento de água por torneiras nos quintais ou por poços manuais, onde a água é coletada em vasilhas e bacias e colocada nas casas de banhos e jiraus (espaço para lavagem e secagem de louças e roupas) para o uso necessário.

Quanto aos animais criados nos lotes, se tem a presença de cachorros, jumentos, galinhas e porcos, havendo anexos para tais como galinheiros e chiqueiros. Outro anexo encontrado nos lotes são depósitos, feitos com troncos ou hastes de madeira, com cobertura de palha e que servem como local para guardar apetrechos relacionados ou não com a manutenção da família e da casa, abrigando materiais, tralhas ou até mesmo as colheitas da roça.

Em referência à produção de alimentos que as famílias geram em seus lotes, se tem plantações de árvores frutíferas, que auxiliam na alimentação da casa, além de proporcionarem sombras no terreno, o que favorece para uma agradável sensação térmica, além disso, há o cultivo de hortaliças em pequenos canteiros elevados. O trabalho do roçado e a pesca são as principais atividades produtivas dos moradores visitados, sendo os produtos a base do consumo das famílias e em poucos casos, comercializados para pessoas de fora.



Um aspecto importante observado nas visitas, é que o lote é também um local de reuniões, como citado por Pinheiro (2008). Nos povoados as pessoas se sentem confortáveis para pagarem cadeiras, colocá-las ao lado da casa sob uma sombra, se sentarem e conversar, o que indica que não é só dentro da casa que podem acontecer reuniões e encontros, até mesmo porque as casas são metricamente menores que os lotes não comportando todos em dias de casa cheia, já o terreno possui espaço, é local de lazer, de trabalho conjunto, de ações cotidianas que identificam e caracterizam seus usuários, beneficiando cada um à sua maneira.

Os espaços então estudados permitiram conhecer como se dá a moradia, o trabalho e o convívio no meio rural, demonstrando que o espaço rural e os atributos singulares que envolvem sua prática é uma realidade ainda presente no Maranhão, que tem uma força vital diante da sociedade e tem características próprias que precisam ser difundidas, pois são fontes de conhecimentos.

CONCLUSÕES

Dentre os pontos positivos do Programa desenvolvido pelo Governo do Estado do Maranhão, destacamos a melhoria das condições de habitabilidade, visto que não houve o aprimoramento das técnicas utilizadas na arquitetura de terra na construção das moradias. Ouvindo relatos das populações, as casas de alvenaria dadas pelo governo também representa segurança, no sentido de que garante a sensação de fixação no território, que aquele pedaço de chão é realmente seu. Outro impacto positivo são as melhorias sanitárias garantidas a partir da construção de um banheiro junto à casa e instalação de uma fossa.

Uma das questões que é colocada como um ponto negativo é a forma como o morador tratará a manutenção de sua nova habitação, como já foi falado, toda e qualquer casa carece de manutenção, essa, que antes era feita de uma forma mais facilitada, muitas vezes com materiais disponíveis na localidade, agora terá que ser feita com materiais tradicionais da construção civil, como tijolos, cimento, tubulações, entre outros, a questão é que em alguns casos analisados pela equipe, até mesmo a alimentação das famílias estava insuficiente, como teriam recursos para comprar os materiais citados e assim realizar a manutenção ou qualquer reparo em sua nova residência?



Se tratando da construção em si, outra questão pertinente é a qualidade térmica da mesma, é sabido que o barro é um material poroso, que proporciona uma “respiração” da casa, tornando o local mais arejado e adequado para as altas temperaturas que se encontram. As novas construções, erguidas em tijolos cerâmicos são piores no que diz respeito a qualidade térmica, o que foi sentido na pele dos pesquisadores e também em alguns relatos de moradores, que só conseguiam entrar nas novas casas no período da noite: “Minha sogra, ela diz que não gosta de ficar aqui na casa nova não. Ela gosta mais de ficar ali na casinha de taipa, que ela diz que é mais friinho. Ela só vem pra cá quando é de noite, pra assistir televisão. De dia, quando ela vem aqui, só ouço ‘vixe, tô com calor!’ e sai da casa.”

No que tange à questão do espaço da moradia observou-se um espaço que demonstra costumes específicos, percebidos no arranjo e organização dos anexos do lote e dos cômodos da casa, na disposição das atividades cotidianas referentes ao morar e trabalhar, que são desenvolvidas neste ambiente, nas relações sociais envolvidas na construção de casas, nas atividades de lazer e de produção, havendo uma preocupação com a coletividade, nos saberes de técnicas tradicionais que esta população adquiriu com o tempo e devido às necessidades, onde aplicam o que sabem para garantir o local para se abrigar.

Os moradores da localidade usam o material que a natureza oferece e empregam aquilo que sabem para construir uma casa, ou um anexo no lote, desde a fundação até as esquadrias, é percebido que é uma arquitetura de sobrevivência, que tem falhas e precisam de uma manutenção, muitas vezes constante, mas as técnicas estão aí para serem aperfeiçoadas. É preciso haver um incentivo para o aprimoramento das técnicas ao invés de propostas de erradicação das mesmas, Weimer (2005) disse que as primeiras cidades foram construídas de barro, então por que a terra não pode ser utilizada nas construções atuais do Estado? Por que o conhecimento local não pode ser aplicado juntamente com os conhecimentos que foram desenvolvidos em outros locais e deram certo? Fica a reflexão diante da cultura imposta pelas cidades.

Trata-se de um espaço tão rico, porém, os saberes e valores que apresenta nem sempre são notados, é um espaço que precisa dos cuidados necessários para que as

4º FÓRUM HABITAR

08 a 10 de novembro



peças de lá não se sintam obrigadas a desocupá-lo e ele acabe sendo extinto, perdendo todos os valores que possui.

Normas para as Referências Bibliográficas

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço "concebido" e o espaço "vivido" da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. 2007. Dissertação (mestrado em paisagem e ambiente) - faculdade de arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Doi:10.11606/d.16.2007.tde-19052010-094729.

BRANDEMBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental. Ambiente e sociedade**. Campinas v. XIII, n.2. P. 417-428. Jul-dez. 2010.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - pnad 1999**. Disponível em:<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/metodologia99.shtm>. Acessado em 28 de janeiro de 2017.

INCRA. **Assentamentos**. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acessado em 28 de janeiro de 2017.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de ciência & tecnologia. Brasília, df. V. 21, n. 3, p. 379-408. Set./dez. 2004. Disponível em:<www.seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

KAPP, Silke. **Uma tipologia de espaços cotidianos**. Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo (online), v. 15, p. 5-37, 2012.

LOPES, José Domingos Rodrigues. **Classificação da propriedade rural em pequena, média ou grande, para fins do art. 185, I da constituição**. Disponível em:<www.jus.com.br/artigos/34678/classificacao-da-propriedade-rural-em-pequena-media-ou-grande-para-fins-do-art-185-i-da-constituicao>. Acessado em 28 de janeiro de 2017.

MAIA, I. M. . **Do papel da perícia antropológica na afirmação dos direitos dos índios**. In: Oliveira, João Pacheco; Mura, Fábio; Silva, Alexandre Barbosa da. (org.). *Laudos antropológicos em perspectiva*. 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2015, v. 1, p. 48-76.

MAMEDE, Jeneffer Soares dos Santos. **Os recursos vegetais e o saber local na comunidade rural São Miguel em Várzea Grande, MT: uma abordagem etnobotânica**. 06/02/2015. 122f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2015.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: Maricato, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora alfa-ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

MARQUES, m. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra livre. São Paulo. Ano 18, n. 19, p. 95-112. Jul./dez. 2002. Disponível:

4º FÓRUM HABITAR

08 a 10 de novembro



<<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160/148>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

MIRALHA, wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectiva de reforma hoje**. Rev. Nera. N.8. São Paulo, 2006.

Müller (Nice I.). **Paisagens rurais do município de Campinas**, In: "Anais da a. G. B.". 1947. Vol. II, pág. 54 a 66. São paulo.

NAKATANI, Paulo. Et.al. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**, Espírito Santo, 2012.

OLIVEIRA, Alecio Rodrigues de. **Sociabilidade, solidariedade e a formação do capital social em bairros rurais**. Anais do congresso da sociedade brasileira de economia e administração e sociologia rural, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo, CEBRAP, 1972.

PINHEIRO, A. P. S. C. **Modo de olhar: metodologia para o estudo de moradias rurais**. 2011. 224 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil: estruturas e construção civil) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SOARES, Aldo Asevedo. **Terras devolutas de goiás – Assentamentos**, Goias, 1988.

WAGNER, D. ; OLIVEIRA, C. D. ; MATEI, A. P. ; CLAUDINO, L. ; KUBO, R. . **Extrativismo, desenvolvimento e sustentabilidade no contexto da amazônia brasileira**. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília, 2014.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia**. Brasília: editora universitária de Brasília/tempo brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico/87)